

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO 59 DISTRITO FEDERAL

| | |
|-----------------------|---|
| RELATORA | : MIN. ROSA WEBER |
| REQTE.(S) | : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB |
| ADV.(A/S) | : RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO |
| REQTE.(S) | : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL) |
| ADV.(A/S) | : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI |
| REQTE.(S) | : PARTIDO DOS TRABALHADORES |
| ADV.(A/S) | : EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO |
| REQTE.(S) | : REDE SUSTENTABILIDADE |
| ADV.(A/S) | : RAFAEL ECHEVERRIA LOPES |
| INTDO.(A/S) | : UNIÃO |
| PROC.(A/S)(ES) | : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO |
| AM. CURIAE. | : LABORATÓRIO DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA |
| ADV.(A/S) | : PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO |

Decisão de Admissão de *Amicus Curiae*

Vistos etc.

1. Requer admissão no feito, na qualidade de *amici curiae*, o Instituto Alana (**petição n. 85.926/2020**).

2. Conforme o art. 7º, §2º, da Lei nº 9.868/1999 e o art. 6º, §2º, da Lei 9.882/99, admite-se, nos processos de controle concentrado de constitucionalidade, o ingresso de outros órgãos ou entidades, na qualidade de *amicus curiae*, sempre que a matéria seja de significativa relevância e os requerentes ostentem representatividade adequada.

Na medida em que tendente a pluralizar e incrementar a deliberação com o aporte de argumentos e pontos de vista diferenciados, bem como de informações e dados técnicos relevantes à solução da controvérsia jurídica e, inclusive, de novas alternativas de interpretação da Carta Constitucional, a intervenção do *amicus curiae* acentua o respaldo social e democrático da jurisdição constitucional exercida por este Supremo Tribunal Federal.

3. A **utilidade** e a **conveniência** da intervenção do *amicus curiae* na fase pré-decisória de coleta das informações técnicas e jurídicas, bem como de formação do amplo quadro argumentativo do problema

ADO 59 / DF

jurídico-constitucional posto não de ser examinadas quando do pleito de ingresso. É o que se infere da interpretação dos citados arts. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/1999 e 6º, §2º, da Lei nº 9.882/1999 ao conferirem poder discricionário ao relator, em ordem a autorizar a juntada de memoriais e a realização de sustentação orais.

Tais requisitos dizem com a **efetiva contribuição** que a intervenção possa trazer para a solução da lide jurídico-constitucional. A regência normativa do instituto desautoriza falar, nessa linha, em **direito subjetivo** à habilitação nessa qualidade de sujeito processual.

4. No caso, em deliberação alegada omissão inconstitucional por parte da União Federal no funcionamento do Fundo Amazônia, cujo principal objetivo consiste em servir de instrumento de política pública de captação de recursos e financiamento dos projetos voltados ao combate do desmatamento no quadro da Amazônia Legal (conforme marco normativo do art. 225 da Constituição Federal).

O requerente "*Instituto Alana*", organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, dedica-se à defesa e proteção com absoluta prioridade dos direitos e melhor interesse das crianças e adolescentes e defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o seu eixo de atuação no Projeto Justiça Climática e Socioambiental, voltado para a tutela dos interesses e direitos das crianças e adolescentes nas questões ambientais, como a proteção frente às mudanças climáticas e o caráter intergeracional do direito fundamental ao meio ambiente saudável e sustentável.

Demonstrada, portanto, sua representatividade e capacidade técnica para contribuir com a discussão pública instaurada nesta ação constitucional, a partir da perspectiva da proteção dos interesses das crianças e adolescentes.

5. Tenho por presentes os requisitos legais, na forma do **art. 7º, §2º, da Lei n. 9.868/1999** e do **art. 6º, §2º, da Lei n. 9.882/1999**, diante das justificativas apresentadas e da representatividade do requerente.

Defiro, pois, o pedido, facultadas a apresentação de informações e de memoriais bem como a sustentação oral por ocasião do julgamento.

ADO 59 / DF

À Secretaria para a inclusão do nome do interessado e respectivos patronos.

Publique-se.

Brasília, 19 de outubro de 2020.

Ministra Rosa Weber

Relatora